



CF-SDPM

**CENTRO DE FORMAÇÃO DO SINDICATO DEMOCRÁTICO
DOS PROFESSORES DA MADEIRA**

Formação Contínua de Docentes 2021/2022

**Ação de formação “Avaliação formativa:
fundamentos e possibilidades de ação
pedagógica”**

(13 horas)

Formadoras: Maria Gorete Gonçalves Rocha Pereira
Maria Fernanda Batista Pestana Gouveia

Local de realização: EB/PE de Santo António e Curral das Freiras

Sala: Sala de Sessões

Datas e Horários: Dias 22, 23, 29 e 30 de outubro de 2021

Sextas-feiras (22 e 29 de outubro) das 9h30 às 12h30

Sábados (23 e 30 de outubro) das 9h30 às 13h00

Modalidade da formação: Curso/Módulo de Formação

Caracterização da Ação:

Área de formação: Ciências da educação

Domínio: Avaliação

- Nº Total de horas presenciais: 13

- Nº Total de horas não presenciais: 0

- Destinatários:

Todos os grupos de recrutamento com exceção dos grupos 100 - Educação Pré-escolar
e 100.EE - Educação Pré-escolar - Educação Especial

Justificação da Ação:

A avaliação, durante muito tempo, associou-se ao conceito de medição e de classificação, uma vez que o seu principal propósito consistia na transmissão de um programa, que deveria ser reproduzido fielmente pelos alunos. Destacava-se a perspetiva quantitativa, valorizando-se o paradigma da instrução. (Trindade & Cosme, 2010), numa clara desarticulação entre a aprendizagem, a avaliação e o ensino.

Os autores Gerard e Roegiers (2011, p. 144) consideram que a avaliação é indissociável do processo pedagógico, razão pela qual alguns a “qualificam como processo de ensino-aprendizagem-avaliação”, já que a aprendizagem se situa no centro do processo pedagógico, enquanto “o ensino e a avaliação são dois requisitos essenciais para o cumprimento desta”.

Atualmente, o conceito de avaliação tem vindo a modificar-se significativamente, em concordância com as novas orientações curriculares emanadas pelo Decreto - Lei nº 55/2018, que sugerem a utilização de estratégias interativas e alicerçadas em processos de feedback, de regulação, de autoavaliação e de autorregulação, num contexto de autonomia curricular, de confiança e de responsabilidade atribuídas às escolas e em particular aos docentes, que passam a usufruir de margens de autonomia, que lhes possibilitam fazer uma gestão flexível e contextualizada do currículo, colocando em prática novos processos de transformação da gramática escolar (Cosme, 2018; Trindade & Cosme, 2019).

Este apelo à mudança inclui, como não poderia deixar de ser, a avaliação das aprendizagens, já que se constitui como um elemento integrante dos processos de ensino-aprendizagem (Cosme, 2018; Cid, M. & Fialho, I., 2011). Para Costa e Couvaneiro (2019) o que está em causa é entender para que se avalia e qual é a função da avaliação, assumindo-se que em educação não se deverá avaliar apenas no final de um percurso para perceber o que correu bem ou mal, reconhecendo-se que o próprio processo avaliativo faz parte da forma de aprender.

De acordo com o decreto supramencionado “a avaliação sustentada por uma dimensão formativa é parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação” (Dec. Lei 55/2018, Secção III, artigo 22º), assumindo um papel regulador sustentado em estratégias de diferenciação pedagógica, que visam a superação de dificuldades e a realização de aprendizagens significativas.

A avaliação serve principalmente para orientar e apoiar o processo de aprendizagem dos alunos, ou seja, avalia-se para promover aprendizagens. Como tal, é importante que seja garantida uma congruência entre os objetivos,

as tarefas e as modalidades e instrumentos de avaliação, para além da impreterível necessidade de se definir critérios claros e transparentes, que permitam envolver os alunos nos processos de auto e heteroavaliação, na certeza de que a avaliação deve revestir-se de rigor, pois “mesmo não sendo matéria exata, pode e deve basear-se em sólidas e significativas evidências e, neste sentido, não será uma simples questão de convicção, crença ou persuasão” (Fernandes, 2006, p. 36).

Os portefólios, as exposições orais, os comentários críticos, os relatórios de atividades, os questionários orais e escritos, constituem algumas das possibilidades, para além dos tradicionais testes, sendo possível acrescentar registos de observação ou exposições coletivas de trabalhos, entre muitos outros.

A necessidade de mudança ao nível da organização curricular legitima alterações significativas nos procedimentos de avaliação das aprendizagens. Trata-se de “uma outra forma de conceber os atos de ensinar e de aprender, alicerçados numa nova abordagem acerca dos papéis assumidos pelo aluno e pelo professor, quer a uma outra conceção acerca do estatuto do património cultural dito comum” (Cosme, 2018, p. 10).

Concluimos com as palavras de Fernandes (2006, p. 43), que nos esclarece:

“a avaliação formativa, não sendo a panaceia para os males dos sistemas educativo, é com certeza um processo pedagógico essencial para apoiar milhões de crianças e jovens que, ano após ano, experimentam a frustração, o desânimo, o abandono escolar e mesmo a exclusão escolar. É por isso que temos forçosamente que desbravar e aprofundar a ideia de avaliar para aprender se quisermos enfrentar as questões mais prementes e urgentes da educação contemporânea”.

Objetivos (Gerais/Específicos):

- Clarificar o conceito de avaliação formativa
- Distinguir o conceito de avaliação formativa da avaliação sumativa;
- Conhecer os fundamentos teóricos da avaliação formativa;
- Identificar o enquadramento legal que regulamenta a avaliação das aprendizagens dos alunos nos ensinos básico e secundário;
- Definir critérios (de realização e de desempenho), com o intuito de realizar avaliações de natureza formativa mais rigorosas e justas;
- Conhecer estratégias e técnicas de avaliação formativa;
- Perceber como utilizar a avaliação sumativa com uma finalidade formativa
- Refletir e debater os principais problemas e dilemas relacionados com a clareza, rigor e transparência do processo avaliativo.

Conteúdos:

- Conhecimentos prévios dos formandos acerca das práticas de avaliação formativa por eles dinamizadas – **30 min**

- Suporte legal e teórico que regulamenta a avaliação formativa das aprendizagens nos ensinos básico e secundário – **30 min**
- pressupostos teóricos e pedagógicos que sustentam a avaliação formativa – **2h**
- Predomínio da avaliação formativa como principal modalidade de avaliação: fundamentos, critérios de realização – **4h**
- Estratégias, técnicas e instrumentos de avaliação formativa – **4h**
- Critérios de avaliação formativa: possibilidades – **2h**

Metodologia de realização da ação:

Esta ação de formação visa articular a prática e a teoria, sendo privilegiados os contextos reais da prática pedagógica.

As linhas orientadoras da ação formadora assentam nos seguintes procedimentos:

1. Partilha de conhecimentos prévios dos formandos acerca da avaliação formativa;
2. Discussão acerca de alguns conceitos básicos que sustentam a avaliação das aprendizagens nos ensinos básico e secundário;
3. Clarificação concetual acerca da avaliação formativa;
4. Análise do suporte legal e teórico que regulamenta a modalidade de avaliação formativa;
5. Trabalhos coletivos, em grupo e/ou a pares que envolvem a construção de critérios de avaliação (de realização e de desempenho);
6. Discussão coletiva e esclarecimento de dúvidas originadas pelos trabalhos realizados pelos pares e grupos;
7. Síntese e sistematização dos princípios pedagógicos que sustentam as práticas de avaliação formativa: clarificação concetual e metodológica.

Material que os formandos deverão fazer-se acompanhar:

Bibliografia fundamental:

Allal, L. (1986). Estratégias de avaliação formativa: conceções psicopedagógicas e modalidades de aplicação. In L. Allal,; J. Cardinet & Perrenoud (Orgs.). *A Avaliação Formativa num Ensino Diferenciado* (pp. 175-209). Coimbra: Almedina.

Alves, M. P.; Estevão, C. & Morgado, J. C. (2006). Desenvolver e avaliar competências na escola: metanarrativas de legitimação em confronto. In G. Figari; P. Rodrigues; M. P. Alves & P. Valois (Orgs.). *Avaliação de competências e aprendizagens experienciais. Saberes, modelos e métodos.* (pp. 255-275). Lisboa: Educa.

- Alves, M. P. & Machado, E. A. (2011). O sentido do currículo e os sentidos da avaliação. In M. P. Alves & J. M. De Ketele. (orgs). *Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo* (pp. 59-70). Porto: Porto Editora.
- Cardinet, J. (1993). *Avaliar é medir?* Porto: Edições Asa.
- Cid, M. & Fialho, I. (2011). Critérios de avaliação. Da fundamentação à operacionalização. In I. Fialho & H. Salgueiro (Orgs). *TurmaMais e sucesso escolar. Contributos teóricos e práticos* (pp. 109-124). Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora (ISBN: 978-989-8339-10-2).
- Cosme, A. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular. Propostas e Estratégias de Ação*. Porto.
- Costa, J. & Couvaneiro, J. (2019). *Conhecimentos vs. Competências: Uma dicotomia disparatada na educação*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores.
- Fernandes, D. (2006). Para uma teoria da avaliação formativa. *Revista Portuguesa de Educação*, 19 (2), pp. 21-50.
- Fernandes, D. (2011). Articulação da aprendizagem, da avaliação e do ensino: questões teóricas, práticas e metodológicas. In M. P. Alves & J. M. De Ketele. (Orgs). *Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo* (pp. 131-142). Porto: Porto Editora.
- Gerard, F-M. & Roegiers, X. (2011). Currículo e avaliação: ligações que nunca serão suficientes fortes. In M. P. Alves & J. M. De Ketele. (orgs). *Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo* (pp. 143-158). Porto: Porto Editora.
- Hattie, J. (2009). *Visible Learning. A synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement*. London and New York: Routledge.
- Heacox, D. (2006). *Diferenciação curricular na sala de aula. Como efetuar alterações curriculares para todos os alunos*. Porto: Porto Editora.
- Heritage, M. (2007). *Formative assessment: What do teachers need to know and do?* *Phi Delta Kappan*, (89), pp. 140-145.
- Jonnaert, P. (2009). *Compétences et socioconstructivisme. Um cadre théorique*. Bruxelles: De Boeck.
- Leite, C. & Fernandes, P. (2003). *Avaliação das aprendizagens dos alunos*. Porto: Edições Asa.
- Lopes, J. & Silva, H. S. (2012). *50 Técnicas de Avaliação Formativa*. Lisboa: Lidel - Edições Técnicas Lda.
- Mendéz, A. (2002). *Avaliar para conhecer, examinar para excluir*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P. (2000). *Novas competências para ensinar*. S. Paulo: Artmed.
- Scriven, M. S. (1967). The methodology of evaluation. In: R. W. Tyler; R. M. Gagne & M. Scriven. *Perspectives of curriculum evaluation*. (pp.39-83). Chicago: Rand McNally.

Trindade, R.; Cosme, A. (2019). *Cidadania e Desenvolvimento. Propostas e Estratégias de Ação*. Porto: Porto Editora.

Villas Boas, B. M. F. (2006). *Portefólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Lisboa: Edições Asa.

Critérios de avaliação da ação:

Participação pertinente nas sessões – 20%

Trabalho individual escrito – 80%

Critérios de classificação do trabalho individual:

1. Clareza do discurso escrito (2,5 valores);
2. Correção ortográfica e sintática (2,5 valores);
3. Fundamentação teórico-prática (2,5 valores);
4. Reflexão pessoal e crítica (2,5 valores).

A avaliação será individual, qualitativa e quantitativa, expressa numa escala numérica de 1 a 10 valores, nos termos previstos na Carta Circular CCPFC - 3/2007, de setembro de 2007, do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, expressa nos seguintes níveis:

- Excelente (de 9 a 10 valores)
- Muito Bom (de 8 a 8,9 valores)
- Bom (de 6,5 a 7,9 valores)
- Regular (de 5 a 6,4 valores)
- Insuficiente (de 1 a 4,9 valores)

Modelo de avaliação da ação: (A efetuar pelo formador e pelos formandos)

A avaliação da ação será efetuada pelos formandos e pelo formador, através do preenchimento de questionários de apreciação da ação e de um relatório final.

- Inquéritos aos formandos
- Relatório do formador

Inscrições: De 11/10/2021 até 18/10/2021, preferencialmente em <https://www.sdpmadeira.pt/pt/> ou por telefone/mail(formação), indicando obrigatoriamente os seguintes dados:

- Nome Completo
- N^o de sócio (se for o caso)

- Telemóvel
- Correio eletrónico
- Nome completo da escola onde leciona
- Grupo disciplinar

Contactos:



SDPM - Sindicato Democrático dos Professores da Madeira

Horário: 9H00-12H30 14H00-17H30

Rua do Brasil, nº 72 – Nazaré – 9000-134 Funchal

Telef.: 291 765 112

Email: sdpm@sdpmadeira.pt (geral) formacao@sdpmadeira.pt (formação)